

A PESQUISA EDUCACIONAL NA FEUSP *

José Mário Pires AZANHA **

RESUMO: O A. descreve a colaboração do antigo CRPE e o Departamento de Pedagogia da FFCL-USP no desenvolvimento das pesquisas em educação e como essa situação se altera com a criação da Faculdade de Educação e a desativação do referido Centro. Analisa então as consequências da falta de um apoio técnico e financeiro nas pesquisas da FE que passaram a depender das possibilidades pessoais dos pesquisadores e a serem feitas dentro de prazos e imposições da carreira docente. Nesse e em outros casos similares a pesquisa transforma-se em mero exercício acadêmico. O A. aponta finalmente alguns meios de superar essa situação: a contra-indicação de políticas externas de financiamento e a condenação do estabelecimento de prioridades de linhas de pesquisa, geralmente de atuação prática, quando impostas por entidades governamentais. Considera este "praticismo" contraproducente até mesmo do ponto de vista prático.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa Educacional. USP.

I — *Antecedentes*

1. Durante muitos anos, o antigo Departamento de Pedagogia da FFCL-USP conviveu no mesmo prédio e em estreita colaboração com o antigo Centro Regional de Pesquisas Educacionais mantido pelo INEP em São Paulo. Essa situação de convivência e colaboração oferecia para o referido Departamento uma dimensão institucional com recursos humanos e financeiros próprios voltada quase que exclusivamente para a pesquisa

* O presente texto foi preparado para o I Seminário Regional sobre Pesquisa em Educação promovido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (09 a 12 de novembro de 1982). Alguns dos pontos abordados foram, preliminarmente, discutidos com os Professores Celso de Rui Beisiegel, José Carlos de Araújo Melchior e Nélío Parra, todos da FEUSP.

** Professor Assistente Doutor do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação. Faculdade de Educação. USP.

sistemática no campo da educação. Essa situação que perdurou até por volta de 1970, ensejou um trabalho conjunto na área de pesquisa que desdobrava-se em duas modalidades de colaboração; o engajamento de professores do Departamento em projetos de pesquisa do próprio Centro Regional e o financiamento, maior ou menor, de projetos de responsabilidade pessoal dos referidos professores.

2. Contudo, após 1970, essa situação alterou-se radicalmente pela emergência de dois novos fatos: a criação da Faculdade de Educação a partir do antigo núcleo do Departamento de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e o início de desativação do Centro Regional de Pesquisas em função da própria reformulação do INEP. Com essa nova situação desfizeram-se os vínculos institucionais que haviam até então assegurado aos professores da Universidade apoio técnico e financeiro aos seus próprios projetos de pesquisa e, também, ao Centro Regional, a eventual assistência de especialistas acadêmicos nas ocasiões em que ela se fazia necessária.

II — *Evolução até a situação atual*

1. Como decorrência dos fatos acima descritos, pode-se dizer que houve uma mudança radical na problemática objeto de pesquisa no âmbito da FEUSP. E, naturalmente essa reorientação da problemática focalizada repercutiu sobre o estilo e a metodologia das pesquisas. Essa mudança ocorreu pela passagem da concepção explícita de pesquisa educacional presente nos propósitos, que levaram à fundação dos vários centros regionais de pesquisa pelo INEP até à concepção implícita nos trabalhos acadêmicos que foram intensificados na fase de implantação e consolidação da Faculdade de Educação.

É fato notório que ao disseminar os centros regionais de pesquisa, o Professor Anísio Teixeira então diretor do INEP, tinha a clara intenção de desencadear um processo de alteração das condições da educação brasileira fundamentada num estudo sistemático da realidade educacional nos seus vários aspectos. Nesses termos, as coordenadas definidoras dos problemas a serem investigados pareciam claras. Embora essa linha de pesquisa não fosse animada por qualquer vezo anti-intelectualista, era evidente que rejeitava-se de plano o encaminhamento das investigações por critérios estritamente acadêmicos. No caso de São Paulo, a própria aproximação física e institucional entre o Centro Regional e a antiga Faculdade de Filosofia da USP era uma tentativa de conciliação entre necessidades concretas da educação e a competência acadêmica. É muito difícil, e ainda está por ser feita, a avaliação desse esforço nas suas múltiplas conseqüências. Uma delas, obviamente, foi positiva: a formação de pesquisadores. Durante muitos anos a colaboração entre as duas instituições, permitiu que a contratação de pessoal técnico auxiliar pelo Centro Regional fosse a única garantia de complementação na área de pesquisa da formação acadêmica recebida.

2. Com a fundação da Faculdade de Educação e a desativação do Centro Regional, acabou por prevalecer na primeira instituição um padrão de trabalho de pesquisa inteiramente voltado para duas necessidades complementares: a urgência de consolidação do instituto nascente, e, estreitamente associado a isso a premência na formação dos quadros acadêmicos exigidos por essa fase.

Nesse quadro, e já não dispondo da flexibilidade do apoio técnico e financeiro que o Centro Regional oferecia, o recorte da problemática de investigação passou a ser feita exclusivamente a partir das imposições e dos prazos da carreira acadêmica e nos *estritos* limites das possibilidades pessoais (incluindo-se aí com relevo, a financeira) de cada docente. As conseqüências dessa situação foram óbvias e marcantes. O trabalho de pesquisa transformou-se numa tarefa artesanal que, eventualmente, poderia ser extremamente fecunda, não fosse o fato de que a compulsão a esse artesanato ocorresse desde o início da carreira docente sem ter havido nenhuma oportunidade anterior de complementação da formação escolar pela colaboração em projetos de pesquisas mais amplos. Além disso, há ainda outro fator condicionante desse esforço de investigação. Trata-se do fato de que, com a transferência da responsabilidade de pesquisa do plano institucional para o plano individual, exclui-se de imediato qualquer possibilidade do empreendimento de *pesquisas de campo* em que a coleta e a análise de dados exija recursos técnicos e financeiros não disponíveis na instituição e cuja obtenção junto a agências de financiamento introduza uma margem de insegurança intolerável ao pesquisador sujeito aos fatais prazos acadêmico-administrativos, sem falar nas usuais exigências (ou imposições) de ajustamento a linhas de pesquisa consideradas prioritárias por essas agências.

3. Como podemos notar em termos da Faculdade de Educação da USP a perda da associação *permanente* com uma entidade governamental que provia regularmente recursos financeiros e oportunidades de formação de pesquisadores, transformou a pesquisa educacional (na sua problemática e metodologia) num estrito exercício acadêmico. Não que o cultivo da investigação com propósitos acadêmicos seja algo a ser evitado, pois isso integra a própria essência da vida universitária; mas é de se lamentar que esse cultivo seja condicionado por fatores limitadores de tempo, recursos e oportunidades de formação.

O que vem ocorrendo na FEUSP talvez não seja peculiar a esse instituto, não obstante as especificidades já assinaladas, mas provavelmente esteja ligado à atual ordenação da vida universitária brasileira pelo menos nos setores ligados à educação e às ciências humanas em geral, destituídos de uma mais antiga tradição de pesquisa e de um reconhecimento governamental permanente da importância de investigações nessas áreas.

4. É difícil imaginar como poderia ocorrer a superação desse quadro em que a pesquisa não é uma obrigação institucional da vida acadêmica, mas simples e arriscada aventura pessoal. Um ponto, entretanto, parece claro: a política de financiamento exterior às próprias instituições univer-

sitárias e que consiste num fluxo instável de recursos; por essa própria instabilidade, não se compatibiliza com as exigências permanentes e autênticas da investigação na vida acadêmica. Além desse ponto a contra-indicar as políticas externas de financiamento, há um outro, mais grave ainda que a própria instabilidade dos recursos recebidos e que se prende ao dirigismo embutido no estabelecimento de prioridades de linhas de pesquisa. Principalmente, quando se trata de agências governamentais de financiamento, é quase inevitável que na fixação de prioridades prevaleça a idéia de que a investigação incida sobre problemas considerados relevantes de um ponto de vista de atuação prática. Mesmo sem discutir as complicadas questões teóricas que se podem colocar a propósito dos critérios para definir a "relevância prática" de um tema de investigação, convém registrar os depoimentos de dois especialistas americanos⁽¹⁾ que na qualidade de ex-presidentes da American Educational Research Association insistiram no fato de que a ênfase das questões práticas na investigação educacional tinha apenas produzido uma devastação dos interesses teóricos sem que contribuissem efetivamente para a solução dos chamados problemas práticos. Há ainda que levar em conta que o estabelecimento de prioridades com vistas a resultados práticos funda-se na pressuposição — sem amparo na história da ciência e da tecnologia — de que há uma invariância no relacionamento entre esses dois aspectos culturais. No que diz respeito a essas relações e para terminar, convém lembrar as palavras de um especialista segundo o qual: "O fato de que houvesse uma demanda tecnológica para as inovações não foi uma condição suficiente para o seu aparecimento (...), o pensamento científico não se vê afetado de maneira regular e previsível pelas necessidades da tecnologia e esta não sofre de maneira regular e previsível a influência das ciências (...). Além disso, uma parte considerável dos inventos tecnológicos não se baseia em conhecimentos mas na intuição e nas experiências práticas"⁽²⁾.

Para finalizar e ilustrar a idéia de que "praticismo" das investigações pode ser contraproducente até mesmo do ponto de vista prático, há ainda que considerar, por exemplo, que a história da educação brasileira, no seu sentido amplo, constitui, não obstante a aparência de irrelevância prática das investigações que se façam nessa área, um elemento indispensável à compreensão das raízes e perspectivas da educação no Brasil e, portanto, indispensável também aos esforços de reformulação de situações atuais.

(1) Trata-se de SUPPES, P. — "The Place of Theory in Educational Research" in *Educational Researcher*, v. 3, n.º 6, junho/74 e KERLINGER, F. N. — "The influence of Research in Education Practice" — *ibidem*, v. 6, n.º 3, setembro/77. Não deixa de ser muito significativo o fato de que essas manifestações contra o "praticismo" tenham ocorrido, nos dois casos, na alocação presidencial por ocasião da reunião anual da tradicional associação de pesquisadores educacionais americanos.

(2) BEN-DAVID, J. — *O papel do cientista na sociedade*, trad. de Dante Moreira Leite, São Paulo, Livraria Pioneira Editora-EDUSP, 1974, pág. 27.